

MERCADO E DEMOCRACIA: A RELAÇÃO PERVERSA*

José de Souza Martins**

RESUMO: Um reexame crítico das supostas relações causais entre mercado e democracia deveria ter em conta a teoria do fetiche da mercadoria. A forma de que a mercadoria se reveste para circular acoberta conteúdos, consubstanciados no valor, que resultam de relações sociais historicamente diversas de sua manifestação formal no mercado. Acoberta, portanto, tempos históricos distintos do tempo do mercado. É nesse movimento que, nas sociedades pobres, o capital extrai excedentes que são, na verdade, tributos, estabelecendo aí uma violência que é oposta ao igualitarismo proclamado pelo fetiche da mercadoria. Produzida desse modo, a mercadoria e o mercado não cumprem sua suposta missão civilizadora, pois de fato empobrecem a possibilidade da cidadania. Basicamente, na relação entre mercado e democracia é necessário considerar as relações sociais reais que definem o conteúdo do processo político, pois há situações (e sociedades) em que as possibilidades proclamadas pela forma exterior igualitária da mercadoria estão em contradição com a realidade opressiva das desigualdades sociais e políticas.

UNITERMOS: mercadoria, fetiche da mercadoria, igualitarismo, tributo, violência, desigualdade, cidadania.

A proposta deste tema tão amplo sugeriu-me a possibilidade de uma reflexão que assinale a ficção que sob ele se esconde – a de que os mecanismos do mercado são pro-

* Trabalho apresentado no Simpósio sobre “La crisi di civiltà e la ricerca delle vie verso il rinnovamento del mondo”, organizado conjuntamente pela Fondazione Internazionale Lelio Basso e pela Academia de Ciências Sociais do CC do PCUS. Moscou, 16-18 de outubro de 1989. O tema deste texto foi sugerido pelos organizadores do Simpósio.

** Professor do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP.

dutores de relações igualitárias, base e pressupostos da democracia. Estamos, na verdade, em face de um tema antigo nas ciências sociais. Foi acalentado pelos clássicos, na pressuposição de que a expansão do mercado teria um efeito corrosivo sobre relações sociais tradicionais, que vinculavam e vinculam os homens à terra e entre si, dissolvendo-as e, com elas, um mundo social baseado em dominação e privilégios. A mercantilização das relações econômicas deveria, supostamente, moldar as relações sociais pelos atributos da mercadoria: a igualdade social seria a contrapartida da equivalência que move as mercadorias no mercado. Somente as pessoas livres e iguais podem comprar e vender. A expropriação do servo da gleba o libertaria para o mercado de força-de-trabalho, ao mesmo tempo em que libertaria a terra para o capital. O desenraizamento do camponês de sua comunidade, e das formas comunitárias de apropriação da terra, o libertaria para o mercado e a sociedade. Supostamente, ao desfazer antigos vínculos sociais, empecilhos à livre circulação da mercadoria, o mercado estaria produzindo novas relações sociais, de natureza igualitária e contratual. Principalmente, estaria separando e, portanto, libertando a força-de-trabalho em relação à pessoa do trabalhador, reduzindo-a à mercadoria, submetendo-a à possibilidade do cálculo capitalista e à reprodução ampliada do capital (Marx, 1961, t. I, p. 121; Weber, 1961, p. 81-82, 129 e 208-209).

É possível que, para muitos, essa fala pareça anacrônica e antiquada. Mas a retomada propositalmente como ficção eurocêntrica, que precisa ser situada historicamente, para que sua verdade limitada se transforme num meio de compreensão da contradição que, em certas circunstâncias, opõe o mercado à democracia. Isso porque estou refletindo a partir de uma realidade social que se situa, ainda hoje, na periferia das sociedades metropolitanas, que produziram essas idéias em determinado momento de sua história. E, também, porque esta reflexão tem como referência sociedades que ainda contêm as chamadas relações tradicionais, mesmo que sejam relações em crise. Lugares, portanto, em que o mercado se expande de diversas formas, atingindo relações sociais tradicionais, supostamente forçando a desagregação de modos de vida.

Por uma via indireta, espero contribuir, também, para a reflexão sobre um problema teórico essencial proposto pela *Perestroika* – o da relação política entre mercado e sociedade, particularmente a relação entre *mercado* e *socialismo*¹. No mundo capitalista, a grande imprensa tem procurado criar a impressão de que a reanimação do mer-

1 As múltiplas determinações sociais, políticas e culturais que mediatizam a desburocratização da produção e a reanimação da função do mercado no socialismo estão claramente consideradas na proposta da *Perestroika*. Cf. Gorbachov, 1986, esp. p. 53-56.

cado na União Soviética, e as transformações *políticas* conseqüentes, constituem uma restauração do capitalismo e uma capitulação política do socialismo. Essa é uma opinião superficial, que deixa de lado aspectos importantes do problema. Em primeiro lugar, a preponderância das determinações *formais* na constituição e na circulação da mercadoria e, conseqüentemente, na produção do mercado. Em segundo lugar, o caráter socialmente *mediador* da mercadoria e do mercado – isto é, o mercado não é a sociedade, mas uma de suas determinações. Em terceiro lugar, a diferenciação dos conteúdos históricos da mercadoria (e do mercado), determinada pelas formas da produção e pelo modo de produção (e, portanto, pelo *modo político de apropriação dos resultados da produção*). A idéia de que o mercado conspira contra o socialismo substitui a História pelo fetiche da mercadoria e nega, substancialmente, a função histórica do mercado. A História é reduzida, nessa concepção equivocada, a mera exterioridade e a mero fenômeno social.

Minha contribuição ao debate é indireta porque se refere a uma realidade histórica completamente diferente. Estou refletindo a partir de uma realidade social em que a existência e a disseminação da mercadoria, ao longo do tempo, não têm contribuído para produzir uma sociedade capitalista plenamente moderna. Ao contrário, seus conteúdos históricos arcaicos estão em conflito com sua forma exterior igualitária e, supostamente, democrática. A forma mercadoria parece ser, antes, um instrumento de *reprodução* de relações sociais que só parcialmente inova na direção daquilo que pressupõe sua exterioridade formal. Inovação que, porém, tem se revelado dependente das possibilidades da ação política. Na circulação, nesta sociedade que é o meu posto de observação, a mercadoria não deixa de revelar seus conteúdos sociais e políticos antidemocráticos, porque de fato é produzida de modo antidemocrático e de modo antidemocrático é repartida. Essa é uma possibilidade acessível ao homem comum, cotidianamente, na medida em que a miséria que vive e se renova a cada dia denuncia-lhe o enorme desencontro entre a produção e a circulação, entre o trabalho e as condições de vida.

Na periferia do mundo capitalista e do mundo socialista, por razões opostas, há componentes parecidos na realidade da mercadoria – o fetiche não pode alcançar radicalmente a substância dela e do mercado. Pode cobrar de cada um e de todos coerência econômica (e também social) na exigência política da igualdade na circulação e na crítica da hierarquização das relações sociais. E, nesse sentido, essa contradição da alienação pode ter um aspecto historicamente positivo na desalienação das relações sociais. Mas, não pode, em ambos os casos, constituir uma alienação absoluta dos que se relacionam pela mediação da mercadoria, porque a forma da mercadoria, enquanto mera forma, só pode aparecer aí como puro fetiche (e, no caso dos países pobres, como misticismo, que muitas vezes faz da mercadoria uma divindade).

Portanto, o que na verdade espero mostrar é que o mercado não atua socialmente (e politicamente) numa única direção, como se poderia presumir a partir de uma con-

cepção meramente evolucionista das relações sociais e sua história (e, por isso, quando falo de relações tradicionais, *não* estou falando, necessariamente, do passado). O mercado (de modo intenso nos países capitalistas pobres) funciona contraditoriamente – *cria*, mas também *recria*, relações sociais. Nem sempre é apenas o destruidor de relações sociais para libertar as possibilidades nelas contidas, porém impedidas de fluir livremente. O mercado também *recria* relações sociais tradicionais, além de *criar* relações igualmente tradicionalizadas. E delas se nutre ². Enquanto a mercadoria se disseminava, mundializava o mercado e destruíva velhas relações de servidão e velhos vínculos comunitários, disseminando, ao mesmo tempo, a possibilidade histórica do trabalho assalariado, expandia na América Latina a contrapartida do trabalho escravo – o próprio homem transformado em mercadoria. O mesmo processo, portanto, de circulação das mercadorias produzia e produz resultados opostos em diferentes *pólos do movimento do capital*. O capital é, na sociedade capitalista, o regente do mercado ³.

O mercado é o mundo da mercadoria, que nele se movimenta usando o passaporte do valor de troca e que recebe das necessidades sociais a energia do seu movimento e da sua viagem. Marx já havia demonstrado que o valor de troca é a forma imediata por meio da qual o produto aparece no mercado. Sem essa aparência formal não há troca nem mercado. Ela expressa a ficção da equivalência quantitativa dos objetos trocados. Essa equivalência é falsa e verdadeira ao mesmo tempo. É verdadeira porque é real: a realidade de uma mercadoria é medida e produzida pela mediação da outra (Marx, 1959, t. I, p. 22-26). Feita a troca de café por máquina, as quantidades trocadas são equivalentes entre si porque um produto é a medida do valor de troca do outro, é o seu equivalente. É falsa, porém, porque a forma mercantil, assumida em cada um dos produtos, esconde substâncias distintas, seja do ponto de vista da *qualidade*, seja do ponto de vista das *determinações históricas do produto*, isto é, das relações sociais por meio das quais foi produzido ⁴.

2 Tratei extensamente desse tema, no caso brasileiro, num estudo sobre “A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção: o regime de colonato nas fazendas de café”, in Martins, 1986, p. 7-93, 1^a parte.

3 Uma ampla controvérsia envolveu o tema da escravidão na América e o tráfico negreiro da África para as grandes plantações do Novo Mundo. Tal controvérsia pôs em confronto interpretações que afirmam as determinações capitalistas do escravismo moderno e interpretações que lhe negam esse caráter ou lhe imputam atributos de um modo de produção particular, o modo de produção escravista. Alguns dos autores fundamentais no trato do tema são: Williams, 1966; Ianni, 1962 e 1978; Cardoso, 1962, 1979, 1987; Cardoso e Brignoli, 1983; Gorender, 1978.

4 Essa idéia apóia-se nas concepções, desenvolvidas por Marx, de que, na mercadoria, além de trabalho vivo, há *trabalho pretérito* e de que o capital se mescla com relações sociais historicamente anteriores. O peso teórico de tais concepções tem sido ignorado por aqueles que orientam sua leitura de Marx pelo pressuposto evolucionista da *sucessão dos tempos históricos* na produção da mercadoria. Com isso, perdem de vista o *desencontro* e a *coexistência dos tempos históricos nas relações sociais reais* (Marx, 1959, t. I, p. 430; t. III, p. 119 e 180-183).

Nem todas as mercadorias são iguais, apesar da forma igualitária de que se revestem. O conteúdo de cada uma, ou de cada grupo, pode ser diverso quando, ao final, o valor da mercadoria se *realiza* no consumo. O *valor* que se realiza é *soma* de capital variável, capital constante e *mais-valia*, combinados em distintas proporções. Tais proporções dependem das circunstâncias e determinações históricas e sociais de produção daquela mercadoria. Outras vezes, o capital não está ainda constituído de modo especificamente capitalista nem o está a *mais-valia*, embora exista um excedente de valor a ser realizado na circulação, produzido pelo confisco ou pelo tributo. Esse mesmo produto entra no mercado revestido da *forma de mercadoria*, que o torna intercambiável, isto é, medido pelo outro, medido até pela mercadoria produzida de modo capitalista. Dessa maneira, essa forma acoberta relações reais e, portanto, a diversidade e os desencontros dos tempos sociais que nela se encontram.

Nos termos do próprio Marx, retomando o exemplo acima, a composição orgânica do capital que produziu café, se analisarmos em detalhe a própria produção capitalista, pode ser, e geralmente é, *mais baixa* do que a do capital que produziu máquina. Tanto num caso como no outro, o processo de valorização do capital incorporou aos produtos composições diferentes de trabalho morto e de trabalho vivo. Nesse exemplo, o café tem mais capital variável do que capital constante. Já a máquina tem mais capital constante do que capital variável. O mercado equipara esses produtos através da equivalência formal que permite a troca de um produto por outro. Mas não suprime as diferenças substantivas, nem as diferenças históricas, que fazem com que um resulte de um processo de trabalho mais atrasado, que emprega mais trabalho do que equipamento; e outro de um processo mais moderno e desenvolvido, em que predomina o equipamento sobre o trabalho. Um pressupõe atraso tecnológico e econômico relativos, menos capital acumulado sob a forma de máquinas e instrumentos. O outro pressupõe o avanço tecnológico e maior desenvolvimento capitalista, com mais capital já acumulado, naquele setor, sob a forma de instrumentos e meios de produção. Sobretudo pressupõe um nível maior de domínio do processo de trabalho pelo capital, pela máquina – tarefas de trabalhador que foram dominadas e modificadas diretamente pelo capital (Marx, 1959, t. I, *passim*).

Num caso, podemos estar em face apenas da subsunção formal do trabalho pelo capital e no outro da subsunção real. Num caso, o capital subjugava o tempo de trabalho; no outro, subjugava o próprio modo de trabalhar. Um certo evolucionismo tem estado subjacente à suposta e necessária passagem de um momento a outro. Porém, valeria a pena examinar a possibilidade de sua complementaridade e até de seu antagonismo.

O mercado promove, sob a máscara da equivalência, o intercâmbio de produtos que, por terem conteúdos entre si distintos, procedem de momentos distintos do processo histórico e, até, de sociedades historicamente distintas. O mercado intercambia excedentes econômicos, produzidos como tais ou forçados a sê-los. São diversos os modos de extraí-los porque são distintos, nos diferentes momentos históricos de uma sociedade e nas diferentes sociedades, os modos e os meios sociais de coerção que permitem sua extração. A forma mercantil do produto e sua equivalência aparente acobertam, portanto, a diversidade das relações sociais e dos tempos que, disfarçadamente, se encontram

(e se desencontram) no mercado. O processo da troca institui o *tempo do mercado*⁵, que não é o tempo real da produção.

Marx mostrou, também, que há situações em que o capital não opera como capital, mas se transfigura em outra coisa, diversa dele e a ele oposta, embora dominada por ele. São os casos em que se converte em renda capitalizada – no preço da terra e no preço do escravo⁶. O capitalista que compra terra para se tornar capitalista da agricultura investe seu capital improdutivamente, porque a propriedade da terra não funciona como capital real. É apenas um tributo para que tenha permissão de usar a terra de modo capitalista, para remover o empecilho que a terra representa ao processo de reprodução ampliada do capital. A propriedade territorial é, assim, uma irracionalidade para o capital, uma negação do capital enquanto tal (Marx, 1959, t. III, p. 580-581). Situação parecida era a do escravo. O fazendeiro tinha que imobilizar seu capital na compra da pessoa do escravo e para dele poder usar a força-de-trabalho e extrair excedentes, pagando, assim, um tributo, uma *renda* ao traficante de pessoas. Não era apenas uma antecipação de capital variável, até porque este ainda não estava constituído historicamente como categoria específica ou, ao menos, dominante, no âmbito do escravismo. Ao comprar a *pessoa* e não o seu *trabalho*, não assegurava que, de fato, seu dinheiro viesse a operar como capital, devido aos riscos que comprometiam a sobrevivência do escravo e, portanto, a possibilidade de utilizar a sua força-de-trabalho.

Nos dois casos, o capital se converte, ainda que de formas diferentes, em *renda capitalizada*. São duas formas de tributo que o dono do capital pagava e paga por coisas que não foram produzidas pelo trabalho e que, portanto, não têm valor (Marx, 1959, t. I, p. 450; t. III, p. 591). São apenas equivalentes de mercadorias – têm valor de troca, mas não têm valor. Em ambos os casos, o proprietário e o traficante se apropriaram de coisas que não são legitimamente propriedade sua porque não legitimaram a sua apro-

5 Como assinala Le Goff, o *tempo do mercado* constituiu uma diferenciação qualitativa do tempo, produzida pelo mercado, por oposição ao *tempo da Igreja*. Distingue, pois, o tempo que pode ser objeto de lucro do tempo que “pertence a Deus”. (Le Goff, 1977, p. 4-5. Porém, pode-se considerar que o desenvolvimento do mercado e o do capital permitiram, através das determinações formais do mercado e do acobertamento que encerram, converter o “tempo de Deus” em objeto de lucro, como se observaria na disseminação da ética protestante.

6 “O preço da terra não é senão renda capitalizada e, portanto, antecipada. (...) Não faz parte do capital fixo nem do capital circulante que nela funciona; confere ao comprador um título que o autoriza a receber a renda anual, mas não tem absolutamente nada a ver com a produção desta renda.” E, mais adiante: “O preço que se paga pelo escravo não é senão mais-valia ou lucro antecipado ou capitalizado que se pensa arrancar dele. Mas, o capital que se paga para comprar o escravo não faz parte do capital mediante o qual se extraem dele, do escravo, o lucro, o trabalho sobran-te. Pelo contrário, é um capital de que se desfez o possuidor do escravo, uma dedução do capital de que se pode dispor para a produção real e efetiva. Este capital deixou de existir para ele, do mesmo modo que o capital invertido na compra da terra deixou de existir para a agricultura” (Marx, 1959, t. III, p. 748-749).

priação de modo capitalista; isto é, apropriando-se previamente do trabalho do produtor que produz as mercadorias de que se apropria, mediante pagamento de salário. Há, na teoria de Marx, *um modo capitalista de apropriação dos resultados da produção* (Marx, 1959, t. I, p. 137). O desenvolvimento do modo capitalista de produção e, com ele, da sociedade moderna, não eliminou a viabilidade dessas combinações em que a forma equivalente pode compor-se com desigualdades profundas. Não apenas desigualdades econômicas, mas substancialmente desigualdades e descompassos históricos que, na explicação da obra de Lênin, Henri Lefebvre denominou muito apropriadamente de *desenvolvimento desigual* (Lefebvre, 1957, p. 230-248). O escravismo moderno floresceu com a expansão do capital mercantil e foi um dos fatores da acumulação capitalista, que transformou profundamente as relações econômicas, viabilizando o surgimento da *produção* capitalista. A escravidão moderna foi fruto do mercado.

As formas pré-capitalistas de apropriação da terra metamorfosearam-se em renda capitalista, conservando o seu caráter não-capitalista de tributo (Marx, 1959, t. III, p. 575). Apenas deixaram de gerar tributos pessoais e, portanto, dedução do rendimento econômico do camponês, para transformarem-se em tributo social, dedução do conjunto da mais-valia, pago à classe dos proprietários de terra, possível, justamente, em consequência da desigualdade da composição orgânica do capital na agricultura e na indústria (Marx, 1959, t. III, p. 694-716).

A equivalência da troca tanto pode suprimir o excesso de tempo de trabalho real, em relação ao tempo de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria, quanto pode ocultar uma parte do tempo real do trabalho, socialmente necessário, para que o valor por ele criado seja transferido gratuitamente para outras etapas da circulação e da realização do valor. Isso não ocorre apenas na extração da mais-valia, mediante o pagamento do trabalho necessário à sobrevivência do trabalhador, como se fosse pagamento de toda a jornada de trabalho, na ilusão da troca justa e equivalente de salário por trabalho (Marx, 1959, t. I, p. 452-453). Ocorre, também, onde a composição orgânica do capital é baixa, como nos setores atrasados e pobres e nos países pobres do mundo capitalista. Onde se força a extração de excedentes extraordinários, prolongando ou duplicando jornadas de trabalho, para equiparar as trocas com os produtos das economias e dos países mais desenvolvidos, onde o tempo de trabalho é proporcionalmente menor, suprido pelo avanço tecnológico. É o que acontece nos canaviais do Brasil, onde o pai vê-se obrigado a levar consigo ao trabalho um filho ainda criança, como dizem, para “formar o salário”: a jornada de trabalho de um homem é insuficiente para assegurar-lhe o salário de um dia. Basicamente, a economia capitalista recriou formas tributárias de extração de excedentes econômicos, como a renda da terra. E manteve tributos embutidos na forma de mercadoria, de modo a transferir valor, sem contrapartida, de classes, setores e sociedades pobres para classes, setores e sociedades ricas, fazendo com que o que trabalha mais receba menos.

Marx destacou a complementaridade da *produção* e da *circulação* e definiu como etapa final de seu projeto o estudo do mercado mundial (Marx, 1957, p. 3; 1959, t. I, p. 489 (nota)), o que acabou não realizando, ao menos de modo sistemático. O peso maior de suas análises recaiu, porém, sobre a produção e, de preferência, sobre as economias centrais e dominantes, sugerindo uma dimensão secundária a realidades distintas daquelas que existiam nos países mais desenvolvidos. Talvez seja injusto adotar essa idéia de modo absoluto, quando na verdade Marx produziu importantes trabalhos sobre as sociedades coloniais e periféricas, nas quais, no seu modo de ver, ocorriam momentos essenciais dos processos econômicos, sociais e políticos dos países desenvolvidos (Marx e Engels, 1975, p. 145; 1979, p. 270-271). O que quero destacar é a importância teórica dessa dimensão totalizadora essencial em seus estudos. Dimensão essa vinculada à idéia do mercado mundial, mas também à idéia da unidade dos opostos – relações, tempos, dimensões do concreto. A concepção de que o modo de produção capitalista é modo de produção e de circulação torna-se fundamental para compreendermos que nos países pobres, coloniais, ou de origem colonial, e dependentes, o capitalismo ali existente não é um capitalismo em miniatura destinado a crescer e a percorrer os caminhos já percorridos pelos países desenvolvidos. O capitalismo “pobre” tem se revelado a contrapartida do capitalismo “rico”; sem um o outro não existiria, porque existem numa relação de necessidade recíproca (Frank, 1970, p. 5-6; Fernandes, 1968, p. 26-27, 37, 57-58 e 65; Casanova, 1971, p. 233).

Essa reciprocidade se apresentou claramente com o desenvolvimento industrial do capital na Europa do século XVIII e XIX. A partir desse momento histórico, a circulação das mercadorias passou a determinar-se pela produção capitalista. Mas, nos países coloniais, a produção continuou a se determinar, imediatamente, pela circulação. Sobre essa base é que o capital produziu, em diferentes lugares, sociedades diferentes, porque em cada uma a própria lógica da acumulação opera a partir de matrizes constitutivas diferentes.

Na totalidade engendrada por esse processo, as sociedades metropolitanas e dominantes, de um lado, e as sociedades de origem colonial, de outro, estão numa relação inversa: numa a produção domina a circulação; noutra a circulação domina a produção. Numa a forma mercadoria expressa o valor de troca e é apenas disfarce do valor; na outra, ainda é disfarce, em parte, do tributo que nela sobreviveu.

Num caso, a mercadoria é mediação de relações sociais que ganham sentido na igualdade do direito de comprar e de vender, na contratualidade das relações sociais. O mercado opera, portanto, como lugar privilegiado da encenação da liberdade e da igualdade, como fonte fundamental de produção das representações que sustentam e justificam a organização democrática da sociedade e do poder político.

Mas, já não é assim no outro pólo, naquele em que a produção moderna e capitalista nasceu e cresceu subordinada à natureza tributária da circulação, dominada pela reprodução ampliada do capital nos países metropolitanos.

A mercadoria, neste outro pólo, não tem operado unidirecionalmente como meio de desagregação de relações sociais tradicionais. Unicamente no caso da escravidão negra, a cessação do tráfico negreiro por pressão da Inglaterra provocou uma elevação do preço do escravo, que forçou a abolição da escravatura por iniciativa das próprias elites locais. Antes disso, no caso brasileiro, no século XVIII, a coroa portuguesa favorecera o fim da escravidão indígena para favorecer o tráfico negreiro, no qual tinha interesses econômicos e políticos. Porém, nos demais casos e situações do país não havia instituições corporativas a terem suas relações internas rompidas, como aconteceu nas comunidades camponesas de países europeus para que a força de trabalho dos camponeses fosse libertada e entrasse no mercado de mão-de-obra e, conseqüentemente, contribuísse para a formação do mercado interno necessário à expansão industrial. No caso do Brasil, diferente de outros países da América Latina, porque nele a dominação colonial operou no limite máximo, os camponeses não tinham direitos comunitários sobre a terra nem o tinham as populações indígenas. Estas, a não ser em caráter excepcional, a partir do século XVIII⁷. Com exceção dos índios que viviam confinados em aldeamentos, sob tutela das autoridades ou de ordens religiosas, freqüentemente alugados aos grandes fazendeiros, os outros viviam como agregados e moradores de favor nas grandes fazendas trabalhadas por escravos. Não era necessário libertá-los de coisa alguma, separá-los de algum vínculo com a terra, para que entrassem no mercado de trabalho e fossem coagidos a colocar sua mão-de-obra à disposição do capital. Já na crise da escravatura, com a elevação do preço do escravo no século XIX, muitos fazendeiros de cana-de-açúcar do Nordeste do Brasil venderam seus escravos aos fazendeiros de café do Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e aumentaram a obrigação de dias de trabalho gratuito dos agregados nos canaviais, se estes quisessem permanecer na terra (Beiguelman, 1967, p. 26; Andrade, 1962, p. 93-97; 1985, p. 27 e 33). Mas a terra já era secularmente dos fazendeiros e não dos trabalhadores. Isso durou cerca de um século.

Os camponeses que não estavam agregados às grandes fazendas e viviam livremente como ocupantes e posseiros de terras livres e sem dono, devolutas, nas regiões mais afastadas, não podiam ser expropriados, para serem convertidos em mão-de-obra,

⁷ Beozzo (1983, p. 57-59) indica uma lei anterior, de 1609, que tratou do mesmo assunto, revogada, porém, em 1611. Mesmo os direitos reconhecidos em 1755 foram posteriormente limitados e, em certas circunstâncias, até revogados.

simplesmente porque não havia o que expropriar. Podiam ser expulsos da terra (e deslocar-se livremente para outra terra desocupada, como acontece ainda hoje, embora cada vez menos), mas não havia como coagi-los a trabalhar para quem quer que fosse. A expulsão não os transformava nem os transforma necessariamente em trabalhadores à procura de trabalho, que essa seria a coação do mercado sobre eles: trabalhadores livres porque privados de qualquer meio de produção, donos unicamente de sua força de trabalho, sem outra alternativa que não seja a de vendê-la ao proprietário dos meios de produção, que carece de trabalhadores para pôr esses meios em movimento. Aqui as relações de trabalho, que sucederam e substituíram as relações escravistas, não foram relações predominante e tipicamente salariais. O capital promoveu a disseminação de relações não-capitalistas de produção tanto nas grandes fazendas de cana-de-açúcar, no Nordeste do Brasil, quanto nas de café, no Sudeste, quanto nas chamadas colocações de extração de borracha e coleta de castanha na Amazônia. O próprio capital, ademais liberado pela abolição da escravatura, instituiu relações de produção baseadas no tributo, disfarçado, porém, como numa relação capitalista, pela suposta equivalência da compra e da venda. Era o caso do café, em que aparentemente o colono recebia um pagamento, quando de fato pagava uma renda em espécie, em café, para produzir diretamente os seus meios de vida, os alimentos necessários à sobrevivência da família. O excedente econômico, em todos esses casos, passou a ser extraído como um tributo pela concessão, ao trabalhador, do direito de produzir, diretamente, nas terras do fazendeiro, os seus meios de vida. Tais relações começaram a ser desorganizadas e abolidas numa época muito recente. No caso do café e da cana, a partir da década de sessenta deste século. No caso do extrativismo na Amazônia, o processo é de hoje. Em todos os casos, não porque uma contradição inerente ao processo de valorização, naquele setor de produção, gerasse modificações nas relações sociais, mas porque a valorização especulativa da terra impôs a supressão da produção direta dos meios de vida pelo próprio trabalhador.

Nesse sistema, a mercadoria não circula livremente. Ela é instrumento de dominação pessoal e, portanto, componente de um sistema político. A mercadoria é meio para instituir a coação que força o trabalhador a trabalhar para determinado patrão. No caso dos “barracões” do sistema extrativista amazônico, a borracha era, e é, entregue ainda em muitos lugares ao patrão para crédito numa conta-corrente do trabalhador, na qual se debitam todas as compras feitas compulsoriamente por este ou aquele (Cunha, 1946, p. 5-26; Santos, 1968, p. 7-30). O dinheiro, que é expressão pura da mercadoria, simplesmente não existe de modo visível, mas apenas nominal. Embora exista o preço da mercadoria comprada e vendida, também nominal e arbitrário, que pouco tem a ver com o mercado. Nas grandes fazendas por muito tempo foi assim, os trabalhadores obrigados a comprar no armazém do fazendeiro pelo preço que este determinasse.

Esse sistema fez e tem feito das relações de trabalho, ao mesmo tempo, relações de dominação, o trabalhador sujeito ao poder pessoal do grande proprietário de terra. Foram essas relações econômicas que estruturaram as relações políticas e que organizaram o Estado, não só no Brasil, mas também em outros países latino-americanos. A organização política revestiu-se de uma duplicidade que expressa a duplicidade da mercadoria que oculta o tributo.

Apenas aquela parcela da população diretamente vinculada ao mercado tem tido a possibilidade da cidadania, o que não quer dizer que a tenha exercido. Em seu âmbito, entre os que tiveram e têm tido o privilégio da cidadania, vingou desde o século XIX uma ideologia liberal e democrática, cópia e reprodução do pensamento e das instituições dos países metropolitanos, senhores das economias de exportação da América Latina. Os direitos só eram acessíveis, e ainda o são, unicamente aos que não estavam ou não estão sob sujeição, aos que eram e são economicamente autônomos nas limitadas possibilidades da chamada economia de exportação ou economia colonial. O Estado se organizou, portanto, nesses países, para expressar e representar os interesses que dependiam da contenção do mercado interno e da manutenção da dependência tributária com os países metropolitanos. Mesmo o lento desenvolvimento da economia nacional e da industrialização incorporou esses mecanismos de subordinação dos setores econômicos mais atrasados, cobrando deles, através do mercado, tributos e transferências de renda, que asseguram a dupla acumulação – a que se dá nos centros hegemônicos internos e a que continua sustentando a acumulação nos países economicamente dominantes.

A duplicidade expressou-se por longo tempo, e dela ainda há fortes resquícios, na supressão da cidadania dos dependentes e subordinados dos grandes proprietários e dos chamados chefes políticos locais. A vontade política de cada um ficou subordinada ao mando e dominação pessoal dos que mantinham e mantêm sob tutela agregados e trabalhadores. O clientelismo político não tem sido uma gratuidade nem expressão de atraso. Ele é produto de reais relações de dependência e dominação. Nos núcleos da dominação pessoal, do poder privado, a mercadoria circula como tributo e não como equivalente. Nega o mercado, ao invés de afirmá-lo. Não parece revestida da racionalidade que constitui o seu modo de ser. Ao contrário, aparece revestida de elementos tradicionais, morais e mágicos. E o mesmo ocorre com o dinheiro, a mercadoria das mercadorias, o equivalente geral ⁸.

⁸ Num caso extremo, como ocorreu em 1951 num movimento messiânico entre os índios Krahô, de Goiás, ver Melatti, 1972, e também Taussig, 1977.

Essa duplicidade do processo econômico e do processo político engendra ideologia e instituições democráticas e, ao mesmo tempo, e contraditoriamente, formas oligárquicas de organização do Estado e dos partidos políticos. Como se a sociedade tivesse dois estamentos, com regras e direitos distintos. De um lado, as oligarquias, senhoras do discurso liberal e democrático, defensoras dos direitos civis, da liberdade e da igualdade, inimigas da ditadura. Até mesmo preconizando reformas sociais, antecipando-se a demandas populares. De outro lado, a massa dos desvalidos, agregados e dependentes, cuja vontade política é tutelada pelas oligarquias, dependendo da troca de favores, o voto reduzido à condição de mercadoria, mas de mercadoria que ainda oculta o tributo e a homenagem. Dessa situação resulta um Estado que não constitui expressão do universal. O Estado, nesses lugares, foi capturado e instrumentalizado pelos interesses particulares das oligarquias, agentes paternalistas dos direitos sociais e políticos. Os direitos não aparecem como abstrações geradas no processo social da troca e do mercado. Eles aparecem como dádivas dos poderosos aos fracos, como concessões. Aparecem com feição oposta à dos direitos, como privilégios.

É claro que essa situação está em crise e que transformações estão ocorrendo. Nas crises e rupturas da economia colonial, surgiram as possibilidades da economia nacional e, com ela, da industrialização e da expansão do mercado interno (Furtado, 1959, p. 207-236). Mas a economia nacional tem crescido sem purificar a mercadoria e o mercado, sem despojá-los do tributo que neles ainda se oculta. O reflorescimento da peonagem, da escravidão por dívida, no Brasil (40 mil trabalhadores em 110 fazendas, são os casos documentados entre 1970 e 1986) é bem indicativo de como um desenvolvimento econômico mais intenso e moderno acentua e dissemina formas coercitivas e atrasadas de exploração do trabalho e de extração de excedentes econômicos.

A expansão do mercado não tem acarretado consigo apenas rupturas e transformações sociais. Ela recria, ao mesmo tempo, relações tradicionais e coercitivas, resultados opostos aos dos seus supostos efeitos emancipadores.

É nesse âmbito que gostaria de lembrar um caso que se poderia chamar de “tradicionalização” do processo econômico, de aparente retrocesso histórico, que foi o do renascimento dos índios Parkatêjê, na Amazônia brasileira. Ali, justamente, há cerca de trinta anos, esses indígenas estavam sendo privados de seu território e reduzidos a coletores de castanha, sob pagamentos miseráveis da própria agência governamental encarregada de protegê-los. Em consequência, começaram a dispersar-se e a destribular-se. Crianças foram entregues aos brancos, como única forma de assegurar sua sobrevivência. Nessa época, dois dos mais importantes antropólogos brasileiros chegaram a prever a extinção próxima desse grupo humano, devastado pela miséria e pelo alcoolismo, em fase terminal. Porém, surpreendentemente, o chefe da tribo começou um lento e firme trabalho de rearticulação do seu povo, usando para isso o seu carisma de chefe

e opondo uma economia tribal, voltada para o comércio da castanha, à economia oficial e tributária que os estava destruindo. O carisma, nessa tribo e em outras, faz do chefe não aquele que acumula e manda, mas aquele que distribui os bens e que personifica as decisões e a vida do grupo. É o oposto do que a sociedade capitalista poderia considerar um empresário ideal, pois se trata de gestor de uma economia de partilha e não de acumulação. O grupo se reinseriu na economia de mercado, como exportador de castanha, expulsando os intermediários e os próprios agentes do governo, comercializando diretamente seus produtos, através de um agente comercial próprio, para isso contratado. Foi o que transformou a tribo num grupo próspero, baseado no uso social do dinheiro, que recompôs sua identidade, trouxe de volta seus membros espalhados nos anos de miséria, modernizou-se (Ferraz, 1983). Basicamente, o oposto da individualização que é um dos pressupostos iluministas da ideologia do mercado. Reagiram como produtores coletivos, como comunidade tribal, segundo suas velhas e quase desaparecidas tradições, adotando uma conduta e concepções opostas às das regras ideologicamente reconhecidas de inserção na economia de mercado.

Nesse sentido, gostaria de concluir dizendo que a alienação, o estranhamento produzido pela circulação da mercadoria e pela coisificação conseqüente das relações sociais, não é apenas passividade e ignorância, como poderiam sugerir algumas considerações feitas ao longo deste texto. O fetiche da mercadoria também proclama realidades que seriam impossíveis sem rupturas nas sociedades dominadas pelo caráter tributário da extração capitalista de excedentes econômicos. A alienação, sabemos todos, é também forma de conhecimento, que envolve e possibilita uma conduta crítica e o conseqüente combate político contra a sujeição, o carecimento, a pobreza. O caso acima é indicativo. Mas, são indicativos também os movimentos messiânicos e milenaristas, de que é tão pródiga a história da América Latina e de outras regiões pobres. Produzidos pela alienação, que há também nas carências produzidas pela mercadoria, pelo mercado e pelo dinheiro, a alienação, por sua vez, por meio desses movimentos, produz a recusa da ordem estabelecida. É o caso dos movimentos sociais com reivindicações aparentemente imediatas e ao mesmo tempo radicais. É verdade que se trata de conhecimento que oculta a totalidade que lhe dá sentido, que induz a uma prática política dirigida ao detalhe, mas que produz, como sempre, resultados históricos não cogitados pelos seus agentes, embora resultados igualmente alienados, ainda que em outro nível de alienação. Mesmo assim, e por isso, tais resultados revolucionam a consciência e a prática desses grupos. Há uma relação dialética que separa e une o *fazer* e o *ser feito*, na base de um descompasso dos tempos desses diferentes momentos. Cabe lembrar que Lênin

observara que suas formulações teóricas a respeito das necessárias transformações no mundo camponês, na constituição do mercado interno, não podiam ser tomadas ao pé-da-letra, porque, de fato, o ritmo das transformações reais é mais lento do que o suposto na concepção teórica, o tempo do processo real é outro (Lênin, 1974, p. 167). E, talvez, também o seja a sua natureza.

MARTINS, José de Souza. Market and democracy: the perverse relation. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 2(1): 7-22, 1.sem. 1990.

ABSTRACT: A critical reexamination of the supposedly causal relations between market and democracy should take into account the theory of fetishism of commodities. The form taken by commodities in order to circulate conceals contents, consubstantiated in value, resulting from relations which are historically diverse from their formal manifestation in the market. Thus, it conceals historical times that are different from the market time. In poor societies, it is in this movement that capital extracts surplus which are, in fact, tribute, thus establishing a kind of violence opposed to the equalitarianism proclaimed by the commodity's fetishism. The commodity thus produced and the market do not accomplish their supposed civilizatory mission, as they actually impoverish the possibility of citizenship. Basically, in the relation between market and democracy, it is essential to consider the real social relations which define the contents of the political process because there are situations (and societies) in which the possibilities possessed by the commodities equalitarian exterior form are in contradiction with the oppressive reality of political and social inequalities.

UNITERMS: commodity, fetishism of commodities, equalitarianism, tribute, violence, inequality, citizenship.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1962.

———. *Escravidão e trabalho "livre" no nordeste açucareiro*. Recife, Editora Asa Pernambuco, 1985.

BEIGUELMAN, Paula. *Formação política do Brasil*. 1º vol. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1967.

BEGZZO, José Oscar. *Leis e regimentos das Missões. Política indigenista no Brasil*. São Paulo, Edições Loyola, 1983.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. *Sociología de la explotación*. 3ª ed. México, Sigloveinteuno Editores, 1971.

CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. 6ª ed. Porto, Livraria Lello & Irmão, 1946.

FERNANDES, Florestan. *Sociedades de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.

FERRAZ, Iara. *Os Parkatejê das matas do Tocantins. A epopéia de um líder timbira*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1983.

FRANK, André Gunder. *Latin America. Underdevelopment or Revolution*. New York, Monthly Review Press, 1970.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1959.

GORBACHOV, Mijaíl. *Informe político del Comité Central del PCUS al XXVII Congreso del Partido*. Moscou, Editorial de la Agencia de Prensa Nóvosti, 1986.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1978.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.

———. *Escravidão e racismo*. São Paulo, Editora Hucitec, 1978.

LEFEBVRE, Henri. *La pensée de Lénine*. Paris, Bordas, 1957.

LE GOFF, Jacques. *Tempo della Chiesa e tempo del mercante*. Trad. Mariolina Romano. Turim, Einaudi Editore, 1977.

LENIN, V. I. *El desarrollo del capitalismo en Rusia*. Trad. José Lain Entralgo. Barcelona, Editorial Ariel, 1974.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 3ª ed. São Paulo, Hucitec, 1986.

MARX, Carlos. *El capital. Crítica de la economía política*. Trad. Wenceslao Roces. México, Fondo de Cultura Económica, 1959.

22 MARTINS, José de Souza. Mercado e democracia: a relação perversa. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 2(1): 7-22, 1.sem. 1990.

MARX, Karl. *Contribuição à la critique de l'economie politique*. Trad. Maurice Husson e Gilbert Badia. Paris, Éditions Sociales, 1957.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *L'Irlanda e la questione irlandese*. Moscou, Edizioni Progress, 1975.

—————. *Sobre el colonialismo*. México, Ediciones Pasado y Presente, 1979.

MELATTI, Julio Cesar. *O messianismo Krahô*. São Paulo, Herder/EDUSP, 1972.

SANTOS, Roberto. O equilíbrio da firma aviadora e a significação institucional do aviamento. *Pará Desenvolvimento*, nº 3, Belém, jun. 1968.

TAUSSIG, Michael. The genesis of capitalism amongst a South American peasantry: Devil's labor and the baptism of money. *Comparative Studies in Society and History*, 19(2), Cambridge University Press, apr. 1977.

WEBER, Max. *General Economic History*. Trad. Frank H. Knight. New York, Collier Books, 1961.

WILLIAMS, Eric. *Capitalism and Slavery*. New York, Capricorn Books, 1966.